

Financiamento de Universidades: O Relacionamento com o Segmento Empresarial como Alternativa para Captação de Recursos Extra-Orçamentários

Pedro Antônio de Melo *

Cláudia M. de Freitas **

Domingo Cericato ***

Resumo

O maior desafio para os dirigentes das universidades públicas e privadas do Brasil tem sido garantir o equilíbrio financeiro dessas instituições. Em resposta à evidente deficiência financeira, muitas instituições vêm buscando alternativas e fazendo malabarismos para captar recursos extra-orçamentários. Nas maiores e principais instituições brasileiras, especialmente as públicas, essa busca vem sendo suportada pela pesquisa científica e tecnológica. Para preencher a lacuna da falta de investimento do setor público, as universidades, mesmo de forma incipiente, vêm maximizando suas relações com o segmento empresarial. No Brasil, devido aos princípios que norteiam as universidades, os mecanismos articuladores do processo de cooperação, não têm posição definida nos organogramas das instituições. Alguns agentes estão alocados nas próprias reitorias de extensão, de planejamento, de pesquisa, pós-graduação e até mesmo vinculados ao gabinete do reitor. A partir desse levantamento o artigo trás o panorama da educação superior no Brasil apresentando para cada região, suas principais instituições e agentes articuladores e captadores de recursos extra-orçamentários. E finalmente as considerações finais.

Palavras chave: Financiamento, Educação Superior, Recursos Extra-Orçamentários.

Área Temática: GE – Gestão Econômica e Financeira

1. Introdução

O financiamento de universidades é, inequivocamente, um dos mais crônicos e principais assuntos de pauta dos dirigentes universitários do mundo inteiro, e no Brasil, este fato não poderia ser diferente. Muito pelo contrário, os problemas na captação de recursos por essas instituições têm sido maximizados por interferências que vão desde o desequilíbrio da economia, passando pela gestão administrativa deficiente até as questões político-educacionais, que representam o calcanhar de Aquiles dessas instituições. São tantas as nuances legais e regimentais, que acabam por engessar a gestão, além da interferência de governos e políticos no que concerne a liberação de recursos, especialmente para instituições públicas.

A organização da educação brasileira está contemplada nos artigos 206, 207, 211 e 212 da Constituição Federal – CF, e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB. No artigo 211, da CF está explícito que, “A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino”. No § 1º da mesma Lei está bastante claro que “A União organizará o sistema federal de ensino e o dos Territórios, financiará as instituições de ensino públicas federais e exercerá, em matéria educacional, função redistributiva e supletiva, de forma a garantir a equalização de oportunidades educacionais e padrão de qualidade do ensino mediante assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios” (BRASIL, 2004).

No que concerne ao financiamento de IES públicas, fica evidente que as principais fontes de recursos são provenientes dos governos federal, estaduais e municipais, e estão assegurados pelo artigo 212 da CF, ao determinar que “A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na

manutenção e desenvolvimento do ensino” (BRASIL, 2004). Esta é uma obrigação nem sempre respeitada, pelos diversos níveis da esfera pública. Porém, há situações em que governantes investem percentuais maiores do que recomenda a lei.

Considerando-se a complexa estrutura requerida pela educação superior, especialmente na construção e manutenção de aparato da pesquisa, justifica-se a presença do Estado, e o aporte de recursos. Entretanto, dados do Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais – INEP, de 2004, indicam que as instituições particulares, que são responsáveis por mais de 2.750.000 matrículas, ou seja, cerca de 70% do total dos alunos em formação superior, têm como principal fonte a anuidade paga pelas famílias. O montante arrecadado por essas instituições, está na ordem de R\$15,7 bilhões de reais anuais. Estes dados indicam uma supremacia absoluta do ensino controlado pela iniciativa privada sobre o público. Daí a indagação do Ministro da Educação Tasso Genro (2005) a respeito da questão:

"É o mercado que regula o Estado ou o Estado que regula o mercado? Se eu entender que é o mercado que deve regular, vou chegar à conclusão de quanto mais desregulamentado for o setor, mais a concorrência vai ser o impulso fundamental para a qualificação. E o nosso entendimento não é esse. Esta polêmica se sobrepõe as demais. O mercado deve sim ser considerado nas decisões públicas. Mas o mercado deve ser regulado pelo Estado. Portanto, achamos que temos que ter exigências, marcos regulatórios fortes e democráticos. O interesse do Estado é saber se os destinatários, se os cidadãos ou se os jovens vão perder pelo tratamento da educação como uma mercadoria qualquer. Daí que derivam todas as divergências” (MENDES, 2005).

Independentemente de quem regula quem, a realidade financeira, tanto de universidades públicas quanto privadas, tem sido o maior desafio dos dirigentes para garantir o equilíbrio das contas e a perenidade institucional.

Em resposta à evidente deficiência, muitas instituições vêm buscando alternativas e fazendo malabarismos para captar recursos extra-orçamentários. Nas maiores e principais instituições brasileiras, especialmente públicas, essa busca vem sendo suportada pela pesquisa científica e tecnológica, o modelo de universidade, idealizado por Wilhelm Von Humboldt na Alemanha do século XIX, mas que só muito recentemente começou a despertar interesses no Brasil. Inquestionavelmente, esse novo jeito de pensar e fazer Universidade, além de produzir resultados com relevância social, também vem contribuindo significativamente com o orçamento dessas instituições, haja vista a qualidade e quantidade de projetos que vêm sendo desenvolvidos junto a empresas estatais e segmento empresarial.

Já está consolidado no meio acadêmico, a idéia de que sem pesquisa não há resultados, não há inovação, e também não há mudanças. Portanto, pouco se pode oferecer à sociedade. Se assim proceder, a Universidade perde uma de suas principais funções na contemporaneidade e passa a desempenhar o papel de reprodutora de conhecimentos, muitas vezes exógenos, nem sempre compatíveis e aplicáveis às comunidades onde estão inseridas. Logo, se não há pesquisas que permitam o desenvolvimento da ciência e da tecnologia que podem melhorar a qualidade de vida dos cidadãos e do ambiente organizacional, também, não há interesse da sociedade em investir nessas instituições, o que gera problemas financeiros sérios.

Assim, para preencher a lacuna da falta de investimento do setor público, as universidades, mesmo de forma incipiente, cada vez mais vêm maximizando suas relações com o segmento empresarial. Em alguns casos, o montante captado já assumiu uma posição destacada no orçamento, como é o caso de instituições como a USP, Unicamp, UFSC e UFRGS, dentre outras.

A interface, quando bem discutida e normatizada, apresenta-se como uma possibilidade que abre perspectivas. Mas, nem todas as instituições estão preparadas para esse

tipo de articulação. Somente aquelas que possuem *know-how* e destaque em pesquisas, laboratórios bem equipados e pesquisadores de alto nível, podem pleitear espaço nesse terreno, ainda inóspito e pouco difundido.

Mesmo assim, o processo não é de fácil absorção pela comunidade que muitas vezes se sente ameaçada por ideologismos nem sempre fundamentados, de possíveis ações externas. Cita-se como principais medos, a interferência empresarial no direcionamento de pesquisa aplicada com prejuízos para a pesquisa pura ou básica, ou até mesmo no processo de escolha de dirigentes e a *posteriori* no processo decisório, interferindo definitivamente nos destinos da universidade. Neste caso, reflete-se experiência dessa natureza, ocorrida em instituições estrangeiras, de certas formas já superadas. Universidades australianas, canadenses, japonesas e norte-americanas, ao sentirem-se ameaçadas, criaram mecanismos inibidores sem, contudo, afetar o processo de interação.

No Brasil, as experiências apontam para a impossibilidade desse, haja vista os princípios que norteiam as universidades brasileiras, especialmente as públicas. Em razão disto, os mecanismos articuladores do processo de cooperação, não têm posição definida nos organogramas das instituições, até mesmo porque alguns se encontram na informalidade. Em algumas universidades, os principais agentes estão alocados nas pró-reitorias de extensão, de planejamento, de pesquisa e pós-graduação e até mesmo vinculados ao gabinete do reitor. Entretanto, a maioria deles encontra-se disseminada pelas diversas unidades acadêmicas, demonstrando a fragmentação do processo. Enquanto algumas instituições já criaram secretarias de desenvolvimento tecnológico, agentes de inovação e escritórios de patentes, interação e transferência de tecnologia, agentes importantíssimos que disciplinam e dão maior agilidade ao processo, outras mantêm-se apegadas ao velho sistema de parceria direta com o pesquisador ou com o departamento, o que pode representar um grave perigo, ocasionado pela pessoalidade de ações nem sempre condizentes com as finalidades institucionais.

2. Panorama da Educação Superior no Brasil

As estatísticas básicas e indicadores da educação superior do MEC/INEP (2005) apontam que o Brasil tem hoje 1.859 instituições de ensino superior, com 16.453 cursos de graduação presenciais. Destas, 11,1% são públicas e 88,9% privadas. De acordo com a organização acadêmica, 163 são universidades. No total, estão matriculados 3.887.771 alunos, enquanto os concluintes somam 528.102. Os docentes em exercício somam 254.153, sendo 35,9% com titulação de mestre e 20,9% doutores. As Universidades federais tem o maior índice de mestres 31,1% e 40,9% doutores, enquanto as instituições privadas possuem 39,3% e 11,5% , respectivamente.

Nos processos seletivos foram oferecidas em 2003, 2.002.848 vagas. Entretanto, apenas 1.262.904 dos candidatos ingressaram em alguma instituição, sendo 995.873 na iniciativa privada. O principal sistema de acesso continua sendo o vestibular, que ofereceu 1.822.194 vagas, dentre os 4.899.556 candidatos inscritos em todos os processos. O panorama que se descortina pelo censo de 2003 é de certa forma animador, especialmente quando se constata que pela primeira vez na história do país, o número de vagas oferecidas supera o de candidatos ingressantes. Ou seja, há vagas sobrando na educação superior brasileira. Entretanto, uma análise um pouco mais detalhada vai dar conta que os números nem sempre espelham a realidade factual.

No que concerne ao financiamento público, dados do Ministério do Planejamento (2004) demonstram que para as universidades federais foram distribuídos R\$ 9.439.080.220,00. Entretanto, a maioria destes recursos, cerca de 90%, foi destinada ao pagamento da folha de pessoal ativo e inativo. Neste contexto, há que se considerar uma defasagem salarial crônica que tem levado professores e técnicos de universidades à inúmeras greves. Além da perda de pessoal altamente qualificado, não raramente, tem prejudicado a continuidade de pesquisas de altíssimo nível.

Uma outra parte deste financiamento, é para a manutenção da estrutura das universidades, ou seja, custeio e capital que permitem, de forma restrita, a aplicação de recursos em projetos de expansão e melhoria da qualidade. Entretanto, esses recursos são rubricados, o que gera uma série de conflitos para os dirigentes. A autonomia da universidade ainda está restrita ao que estabelece o artigo 207 da Constituição Federal, não colocada em prática. Felizmente, a autonomia, mais uma vez está no palco dos debates, agora como proposta a ser discutida na Reforma Universitária. Se for aprovada, deverá permitir às universidades estabelecerem maior flexibilização na interação com outras instituições públicas e o segmento empresarial.

Ela se torna importante, para não dizer vital, a medida que as normativas do MEC, no que concernem a aplicação de recursos, de certa forma engessam os processos de gestão, e impossibilitam os gestores de planejar com criatividade, e/ou aplicar os recursos de acordo com as necessidades mais emergenciais de sua instituição. Se forem consideradas as aplicações em custeio e capital, sobra muito pouco para a pesquisa, para não se dizer quase nada.

Fica evidente, no financiamento destinado às universidades que o Brasil aplica muito pouco em pesquisas. E, mesmo que o país responda por cerca de 2% da pesquisa realizada no mundo, o investimento não chega a 0,7% do PIB, e é mal-distribuído. Se por um lado há centros de excelências, que captam com facilidade recursos de outros órgãos governamentais, e aí entram a Capes, CNPq, Finep e demais fundações estaduais de apoio à pesquisa, as realidades continuam sendo díspares, se não gritantes em determinadas regiões e/ou universidades. A maioria desses recursos acabam sendo destinados às universidades públicas (MEC/INEP, 2005).

Na seqüência, apresenta-se o perfil da educação superior nas cinco regiões brasileiras, suas principais instituições nas áreas de pesquisa, agentes articuladores e captadores de recursos extra-orçamentários.

2.1 Região Norte

A Região Norte brasileira ocupa no território nacional uma das maiores densidades geográficas. Entretanto, também é a que possui uma das menores concentrações demográficas. Abriga 06 (seis) universidades federais, sendo uma em cada Estado. Dentre as instituições de ensino superior existentes na região, 64,7% são públicas e 36,3% particulares, que matriculam 230.227 alunos. Nessas instituições, a base do financiamento está no repasse de verbas provenientes do Governo Federal para atender o ensino. Os projetos de pesquisa são poucos e o número de mestres e doutores ainda é pequeno, o que representa um dificultador no desenvolvimento de pesquisas. O total de investimento nas universidades federais da região foi de R\$ 614.592.586,00. A parcela de 6,51% do total destinado às universidades federais é a menor de todas as regiões. Destacam-se instituições como a Universidade Federal da Amazônia - UFAM e a Universidade Federal do Pará - UFPA.

2.2 Região Nordeste

A Região Nordeste brasileira abriga um número representativo de instituições de ensino superior no país, sendo 10 (dez) universidades federais, distribuídas na proporção de uma para cada Estado, que receberam R\$ 2.631.135.700,00 de repasses públicos, 27,87% do valor destinado às universidades federais. Dados do MEC/INEP (2003) indicam que a Região vem incrementando uma política de capacitação, expansão e desenvolvimento de pesquisas, especialmente na última década, com destaques na pesquisa voltada para o mar e exploração de petróleo. No total, são 625.441 alunos matriculados. As instituições de destaque são: a Universidade Federal da Bahia - UFBA e Universidade Federal do Pernambuco – UFPE e Universidade Federal do Ceará - UFCE (MEC/INEP/DAES, 2005).

Agentes:

- **TRANSTEC - Unidade de Transferência de Conhecimentos Tecnológicos e Social** - Está vinculada à Pró-Reitoria de Extensão, e foi criada como proposta à difusão do saber acadêmico em resposta às demandas de conhecimento setorial e interdisciplinar para a solução dos problemas regionais e o resgate do papel social da universidade como agente de co-participação no desenvolvimento do nordeste brasileiro. Dispõe de um banco de dados com a descrição do perfil profissional de corpo técnico-científico da universidade e atua na difusão do saber acadêmico nos seguintes níveis: Capacitação de Recursos Humanos, Assessoria a projetos, empresas e comunidades, Consultoria por demanda temática, Decodificação de linguagem tecnológica, Difusão de alternativas tecnológicas de baixo custo e Desenvolvimento de Programas Estratégicos para aplicação integrada de conhecimento acadêmico.
- **Divisão de Integração Universidade-Empresa - DIUE**, também vinculada à Pró-Reitoria de Extensão da UFC, desenvolve atividades que visam a maior integração entre o setor produtivo local e regional e a universidade. Seus principais objetivos são: Elaborar e acompanhar Programas e Projetos de Integração entre Universidade e Empresas Públicas e privadas que atuem no Estado e na Região em Ciência e Tecnologia; Estimular a participação das instituições públicas e privadas nos processos de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas pela Universidade; Promover Cursos de Extensão em Ciências e Tecnologia integrados a empresas públicas e privadas e Organizar e articular estágios curriculares e não curriculares para estudantes da Universidade, em conjunto com a Pró-Reitoria de Graduação (UFC, 2004).

2.3 Região Centro-Oeste

A Região Centro-Oeste brasileira ocupa no território nacional uma vasta densidade geográfica, e uma pequena concentração demográfica. Dentre as instituições de ensino superior existentes na região, 67,9% são públicas e 32,1% particulares.

Abrija apenas 04 (quatro) universidades federais, que receberam do governo federal R\$ 1.104.854.753,00, ou seja, 11,71% do montante. E, a exemplo da região Norte, o ensino ainda é a base, com 368.906 alunos matriculados. A UnB, destaca-se em projetos do pensar educacional e a UFGO é a líder da região, na pesquisa voltada para cultivos e agro-negócio.

Agentes:

Universidade de Brasília – UNB

- **Secretaria de Empreendimentos.** Foi criada na Universidade de Brasília - UnB com o objetivo de viabilizar parcerias com os setores público e privado. A Secretaria dispõe de mecanismos de mobilização de pessoal e de infra-estrutura para prestação de serviços técnicos e de consultoria; desenvolvimento de sistemas informatizados, além de realizar cursos para capacitar e requalificar profissionais (UNB, 2005).

2.4 Região Sudeste

A Região Sudeste brasileira detém a maior concentração demográfica do país e também de universidades, além de possuir o maior número de alunos matriculados, 1.918.033. Dentre as instituições de ensino superior existente na região, 23,3% são públicas e 76,7% particulares. As universidades federais receberam do governo a maior fatia do orçamento de 2004, 36,21% ou R\$ 3.417.902.373,00.

Nesta região, concentra-se também o maior número de pesquisadores e de pesquisas indexadas realizadas no Brasil. Destaca-se a USP, a Unicamp, a UFRJ e UFMG, dentre as principais instituições de pesquisa do país, na área pública. No setor privado, destaca-se a

Universidade Estácio de Sá, como a maior instituição particular do país, ultrapassando a marca dos 100 mil alunos, seguida pela Universidade Paulista – Unip, com mais de 92 mil alunos, e a Universidade Presbiteriana Mackenzie (MEC/INEP/DAES, 2005).

Agentes:

Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG

- **Coordenadoria de Transferência e Inovação Tecnológica – CTIT**, Para atender a demanda e estruturar o processo de cooperação da UFMG, a CTIT foi criada em 1997 a sendo aprovada em todas as instâncias colegiadas da instituição, numa demonstração que a comunidade acadêmica está preparada para implementar mudanças no atual modelo de cooperação. No primeiro momento a coordenadora foi criada como um órgão independente, mas logo em seguida foi vinculada à Pró-reitoria de Pesquisa. Na atual gestão, a reitora optou por tratar a transferência de tecnologia como sendo uma função absolutamente prioritária, vinculando a coordenadoria diretamente ao gabinete, para dar mais agilidade (UFMG, 2005).

Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ

- **Fundação COPPETEC**. A COPPETEC tem como principal função promover e agilizar a interação entre a UFRJ, o setor produtivo e a sociedade em geral. Para o cliente externo (empresas nacionais e internacionais, órgãos do governo, associações não governamentais, organismos internacionais) oferece uma interface com a **COPPE**, exercendo entre outras atividades Consultoria Técnica, Perícias, Pareceres e Laudos, Pesquisa e Desenvolvimento e Incubação de Empresas. Para o cliente interno oferece, entre outros serviços, Preparação de Proposta, Orçamentação, Negociação de Projetos, Celebração de Convênios e Acompanhamento Financeiro (UFRJ, 2005).

Universidade Federal de São Carlos – UFSCar

- **Núcleo de Informação Tecnológica em Materiais-NIT**, do Departamento de Engenharia de Materiais, vem atuando como centro indutor de desenvolvimento tecnológico e de aprimoramento empresarial. Oferece os seguintes serviços: Direcionamento Estratégico de Custo e Tecnologia, Monitoramento Tecnológico, Desenvolvimento de Produtos e Processos, Capacitação e Treinamento, Soluções para a Internet e Consulta Técnica. Atende a pequenas, médias e grandes empresas, de forma individual ou em programas multi-empresas. Atua em capacitação, desenvolvimento de materiais, desenvolvimento de produtos e processos, diagnóstico de custos, estudos setoriais, informação estratégica, inovação tecnológica, monitoramento tecnológico, planejamento estratégico, sistemas de qualidade e outras áreas de competência associadas à competitividade e tomada de decisão empresarial (UFSCar, 2004).

Universidade Estadual de Campinas – Unicamp

- **Núcleo Softex Campinas**, na Unicamp tem como missão principal transformar o Brasil em centro de excelência em software e colocá-lo entre os cinco primeiros países produtores e exportadores de software, oferecendo serviços especializados tais como: assessoria jurídica, gerencial e de marketing de software; cursos e treinamentos, organização de eventos e feiras, espaço físico para incubação de empresas iniciantes com apoio técnico e administrativo, catálogos de empresas e produtos e oportunidades de negócios, avaliação dos produtos e serviços de software, implementação de

programas de qualidade, apoio financeiro (BNDES, Finep, Sebrae e CNPq), uso do acervo bibliográfico (manuais técnicos, livros, publicações, pesquisas de mercado, revistas mensais na área de informática, jornais diários e clipping), laboratório do Projeto Genesis, acesso à Internet e ambientes computacionais Unix e Windows NT.

- **Agência de Inovação Tecnológica da Unicamp** – foi criada em julho de 2003 com o objetivo de estabelecer relacionamentos da universidade com a sociedade. Visa, incrementar atividades de ensino, pesquisa e avanço do conhecimento científico. Além disso, têm a missão de fortalecer a interação e a parceria com empresas, órgãos do governo, institutos e fundações (UNICAMP, 2005).

Universidade do Estado de São Paulo – USP

- **A Central de Desenvolvimento Tecnológico de Medicamento – CEDETEM**, da USP é um órgão interdepartamental e inter-institucional com a finalidade de flexibilizar as informações acadêmicas, intensificando a relação Universidade/Empresa. Objetiva o aprimoramento de recursos humanos, transferência de tecnologia e a prestação de serviços à organizações públicas de administração direta, indireta e ao setor empresarial privado. Dentro dos convênios firmados com as indústrias farmacêuticas e cosméticas, estão sendo desenvolvidas novas formulações, ensaios físico-químicos, farmacológicos, toxicológicos e microbiológicos. Para as farmácias de manipulações e distribuidoras de insumos farmacêuticos, está sendo implementada a GMP e a Qualidade Total de Medicamentos (USP, 2005).

2.5 Região Sul

A Região Sul, também possui um expressivo número de universidades, ficando em segundo lugar entre as regiões em números totais. Dentre as instituições de ensino superior existente na região, 35,3% são públicas e 64,7% particulares. No total são 745.164 alunos.

Entretanto, conta apenas com seis (seis) universidades federais, e o Rio Grande do Sul é o Estado com o maior número delas, quatro, que consumiram 17,70% do orçamento do governo federal destinado às universidades, R\$ 1.670.594.808,00. A pesquisa é o carro chefe de instituições como a UFSC e a UFRGS, que têm se destacado nas relações com o segmento empresarial como uma possibilidade a mais para sedimentar seu histórico de pesquisa na Região. Na região, destaca-se a Universidade Luterana do Brasil - Ulbra, a Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul PUC-RS, Universidades do Vale dos Sinos – Unisinos e a Universidade de Caxias do Sul - UCS.

Agentes:

Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC

- **CERTI - Centro de Referência em Tecnologias Inovadoras.** A Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, criou em 1984 a fundação CERTI, em parceria com um grupo de empresários catarinenses e paulistas, e com o apoio do CNPq e do Governo Estadual, com a missão de atuar em automação industrial informatizada. Em sua primeira etapa, de 1984 a 1989, a CERTI cresceu dentro do LABMETRO do Departamento de Engenharia Mecânica da UFSC, passando para uma nova etapa de desenvolvimento em 1990, no seu prédio sede no Campus da UFSC. Ainda em 1986 a CERTI criou a primeira Incubadora Empresarial Tecnológica no Brasil visando, primordialmente, o desenvolvimento econômico de Florianópolis e de Santa Catarina. Esta incubadora, em 1995, deu lugar ao CELTA, hoje um dos mais avançados centros de empresas de base tecnológica do Brasil e da América Latina.

A Fundação CERTI é uma organização de pesquisa e desenvolvimento tecnológico com foco na inovação em negócios, produtos e serviços para o segmento de tecnologia da informação. Possui uma reconhecida experiência em projetos de grande porte, tais como desenvolvimento da urna eletrônica brasileira, terminais de automação bancária, terminais públicos de acesso à Internet e outros produtos da convergência digital (CERTI, 2004).

- **Departamento de Propriedade Intelectual – DPI** - criado pelo conselho Universitário em 2002 está vinculado à Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, e tem como função apoiar a transferência de tecnologia, interna ou externamente, estimular e promover a proteção jurídica e a exploração econômica das criações intelectuais. Auxilia, ainda, nas negociações e redações de convênios ou contratos de transferência de tecnologia (UFSC, 2004).

Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS

- **Escritório de Interação e Transferência de Tecnologia – EITT.** Na Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, foi Criado em março de 1997 o EITT, pela Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico, vindo a se tornar uma referência nacional, além de constituir-se numa das principais instâncias da instituição, promovendo o contato com os diferentes segmentos da sociedade, buscando parcerias para o desenvolvimento de projetos conjuntos, e incentivando a ampliação do intercâmbio na Instituição com o setor produtivo nas áreas industrial, agropecuária e de serviços. Basicamente, o Escritório atua em duas áreas: apoio a negócios e difusão tecnológica (UFRGS, 2004).

3. Agentes Articuladores e Captadores de Recursos Extra-orçamentários

Considerando que os recursos provenientes dos governos são cada vez mais escassos e já não atendem as demandas das universidades e institutos de pesquisas, a necessidade fez da pesquisa, seja ela básica ou aplicada, o carro chefe da captação de recursos para muitas instituições. Neste contexto, transferir conhecimentos científicos e tecnológicos para a sociedade, deixou de ser apenas responsabilidade social e tornou-se vital para a sobrevivência de algumas instituições.

Para atender a crise instalada e de difícil mudança em curto prazo - pois o governo aplica somente 0,7% do PIB em pesquisas -, as universidades vêm criando mecanismos captadores e facilitadores de interfaces, responsáveis pela fluidez nas relações com a sociedade, principalmente com o segmento empresarial. Esses arranjos institucionais formam o que se denominou de processo intermediador, que tanto pode ser de caráter público como privado.

Neste sentido, destaca-se os principais agentes e experiências que lograram êxito no Brasil, tanto por parte da universidade quanto do setor produtivo.

3.1 Agentes da Universidade

- Fundações Universitárias
- Centro de Inovação Tecnológica
- Incubadoras
- Escritório de Transferência de Tecnologia
- Cooperativas Multiinstitucionais
- Disque-Tecnologia: transferindo tecnologia às MPE's

3.2 Agentes Empresariais

- Instituto Uniemp
- Instituto Euvaldo Lodi

4. Considerações Finais

As relações da universidade com o segmento empresarial, no que tange a captação de recursos extra-orçamentários, estão entre as principais ações da universidade contemporânea. Como se pode perceber nas múltiplas iniciativas institucionais e mecanismos de interface, há sinais de um novo tempo para a universidade brasileira.

Além do processo de interação vir contribuir para que a universidade destrua o estigma de “ilha de isolamento”, que rompa com seus próprios paradigmas, está permitindo abrir-se para a sociedade, deixar-se conhecer e se transformar num ponto de referência, onde os diversos segmentos da sociedade possam ancorar-se e usufruir dos resultados de suas pesquisas científicas e de seu potencial humano e profissional.

Além disso, as universidades envolvidas com o processo, estão se beneficiando da parceria, não apenas pelo retorno financeiro que lhes permite melhorar suas instalações, comprar novos equipamentos e manter seus laboratórios, mas, sobretudo, pelo retorno no aprendizado resultante do envolvimento do professor e dos alunos com a realidade do mercado, e no incremento da pesquisa, com retornos efetivamente significantes para as empresas e a sociedade em geral (MELO, 2002).

É necessário, contudo, ter muito claro que esse tipo de relação não pode ser visto como uma panacéia, que resolverá todos os problemas financeiros das universidades, mas como um mecanismo capaz de minimizar a crise financeira da universidade e estreitar suas relações com o meio, contribuindo para o desenvolvimento científico e tecnológico do país, além de propiciar um diálogo mais direto e profundo com a sociedade.

Os agentes que estão permitindo este tipo de relação, tanto por parte da universidade quanto do setor produtivo, refletem um momento importante no desenvolvimento de uma nova universidade, mais presente, participativa e, principalmente, mais responsável socialmente.

Percebe-se nas diversas ações, que este tipo de relacionamento é um processo irreversível, que traz benefícios a todos os parceiros envolvidos, e que estão sendo sedimentados canais que interligarão segmentos sociais, muitas vezes ignorados ou desconsiderados pelo mundo universitário.

Referências

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.**: Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nº1/92 a 43/2004 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão nº 1 a 6/94 – Brasília: Senado Federal Subsecretaria de Edições Técnicas, 2004.

CERTI. Fundação Centros de Referência em Tecnologias Inovadoras. Disponível em www.certi.org.br. Acessado em: 09/02/2005.

CNI. Confederação Nacional da Indústria. Disponível em www.cni.org.br. Acessado em 27/11/2004.

CUNHA, Neila Viana da. **Mecanismos de interação universidade-empresa e seus agentes:** o gatekeeper e o agente universitário de interação. Disponível em: <<http://read.adm.ufrgs.br/read09/art/artigo> > Acesso em: 12 de mar. 2002.

IEL. Instituto Euvaldo Lodi, disponível em www.iel.br. Acessado em 21/07/2004.

INSTITUTO UNIEMP. Apresentação, diretrizes, artigo e história do Instituto Uniemp. Disponível em: <http://www.uniemp.br> >Acesso em: 07 de mar. 2004.

MEC/INEP/DAES. Educação superior. Disponível em: www.mec.gov.br. Acessado em 14/03/2005.

MELO, Pedro Antônio. **A cooperação universidade/empresa nas universidades públicas brasileiras**. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção e Sistemas. Florianópolis, U FSC, 2002.

MELO, Pedro Antônio. **A cooperação universidade/empresa nas universidades públicas brasileiras**. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção e Sistemas. Florianópolis, U FSC, 2002.

MENDES, Guilherme. **Tarso admite rever função dos conselhos sociais**. Rio de Janeiro: Folha Dirigida, 10/03/2005.

MENDES, Guilherme. **Tarso admite rever função dos conselhos sociais**. Rio de Janeiro: Folha Dirigida, 10/03/2005.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO. Orçamento de Universidades públicas. Disponível em: www.planejamento.gov.br. Acessado em: 23/10/2004.

SANTOS, Silvio A. dos. **Evolucion institucional de la universidad com el sector productivo**. In: Weissbluth, Mário. Vinculacion universidad sector productivo, nº 24, Santiago, Chile: CINDA, 1990, Coleccion ciencia e Tecnologia, p. 193-234.

UFBA. Universidade Federal da Bahia, disponível em (www.ufba.br) .Acessado em 04/03/2005.

UFC. Universidade Federal do Ceará, disponível em (www.ufc.br). Acessado em 03/03/2005.

UFMG. Universidade Federal de Minas Gerais, disponível em (www.ufmg.br) Acessado em 07/02/2005.

UFPA. Universidade Federal do Pará, disponível em (www.ufpa.br) – disponível Acessado em 02/05/2004.

UFPB. Universidade Federal do Pernambuco, disponível em (www.ufpb.br). Acessado em 02/03/2005.

UFRGS. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Disponível em www.ufrgs.br, acessado em 23/09/2004.

UFRJ. Universidade Federal do Rio de Janeiro, disponível em (www.ufrj.br). Acessado em 24/03/2005.

UFSC. Universidade Federal de Santa Catarina disponível em www.ufsc.br. Acessado em: 23/07/2004.

UIFMT. Universidade Federal do Mato Grosso, disponível em (www.ufmt.br). Acessado em 12/03/2005.

UNB. Universidade de Brasília, disponível em (www.unb.br/emp/index.htm). Acessado em 03/06/2004.

UNICAMP. Universidade de Campinas. Disponível em www.unicamp.br, acessado em 20/03/2005.

USP. Universidade Do Estado de São Paulo. Disponível em www.usp.br, acessado em 20/03/2005.